

LEI N.º 1013/2005

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício financeiro de 2006 e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I Das Diretrizes Gerais

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2006, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000).

Artigo 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração dos orçamentos-programas para o próximo exercício deverá obedecer as disposições legais pertinentes.

Artigo 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender as estruturas orçamentárias e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Artigo 4º - A proposta orçamentária, não conterá dispositivos estranhos à previsão de receita e a fixação de despesas, face à Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária e compreenderá:

§ 1º - O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades de Administração direta e indireta, mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 2º - O orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber;

§ 3º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta parcial até o dia 31 de Agosto, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Artigo 5º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II – austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III – modernização na ação governamental.

Capítulo II

Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

Artigo 6º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2006, são as estabelecidas no anexo de metas fiscais e em conformidade com o planejamento da ação governamental que serão instituídos pelo Plano Plurianual (2006-2009).

Parágrafo Único – As prioridades e metas especificadas no anexo de metas fiscais terão precedência na locação de recurso no orçamento de 2006, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Artigo 7º - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Artigo 8º - As receitas e as despesas serão estimados tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I – a expansão do número de contribuintes;
- II – a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo Código Tributário Municipal.

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Artigo 9º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I** – realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 5% (cinco por cento);
- II** – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III** – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV** – transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, para cobertura de créditos adicionais de que trata o inciso III deste artigo, até o limite de 8% (oito por cento), nos termos do artigo 43 e parágrafos da Lei Federal n.º 4.320/64.

Artigo 10 - Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o início do exercício de 2006 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único – Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I** – estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II** – publicar, até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;

III – o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;

IV – os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados, e ficarão à disposição da comunidade.

Capítulo III **Do Orçamento Fiscal**

Artigo 11 - O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo e as entidades das Administrações direta e indireta.

Artigo 12 - As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, às disposições emitidas no artigo 169 da Constituição Federal, e no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo, perfazendo um total de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Municipal.

Artigo 13 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os projetos e atividades que constarão do Programa de Governo para o exercício de 2006, conforme o Plano Plurianual a ser elaborado, podendo na medida das necessidades ser elencados novos programas desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Artigo 14 - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa, através de Lei específica.

Artigo 15 - O Município aplicará, no mínimo, 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, e 15% (Quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e parágrafo 3º da Constituição Federal, nas ações e serviços públicos de saúde.

Artigo 16 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de Outubro, compor-se-á de:

- I – mensagem;
- II – projeto de lei orçamentária;
- III – tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios.

Artigo 17 - Integração a lei orçamentária anual:

- I – sumário geral da receita por fontes e da despesas por funções de governo;
- II – sumário geral da receita e despesa, por categoria econômicas;
- III – sumário geral da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV – quadro das dotações por órgão do governo e da administração.

Capítulo IV

Do Orçamento da Autarquia Municipal

Artigo 18 - Constarão da Proposta Orçamentária do Município demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas do IPASMA.

Artigo 19 – O Projeto Orçamentário Anual da Autarquia será encaminhado ao Legislativo até o dia 31 de outubro, para apreciação e votação, e, devolvido para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Artigo 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Mantenópolis – ES, 25 de julho de 2005

Ernesto Paizante Pereira
Prefeito Municipal

Publicado em: 25/07/2005
Registrado às Fl.:
Livro n.º: